TERRA BRASIS RESSEGUROS

CNPJ 12.909.684/0001-28

Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

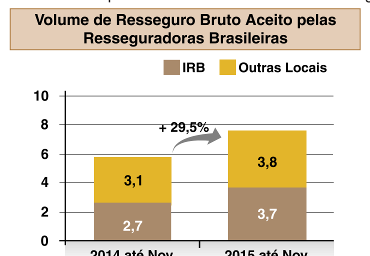
Senhores Acionistas, em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Mercado Brasileiro de Resseguros

Com base em informações de novembro de 2015, último mês com dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), o volume de resseguros, bruto de comissão, das Ressseguradoras Locais atingiu a cifra de R$ 7,5 bilhões, apresentando crescimento de 29,5% em relação ao mesmo período de 2014. O IRB Brasil Resseguros S.A. (IRB) respondeu aproximadamente por 50% deste volume e as demais 15 Resseguradoras Locais pelos restantes 50%.

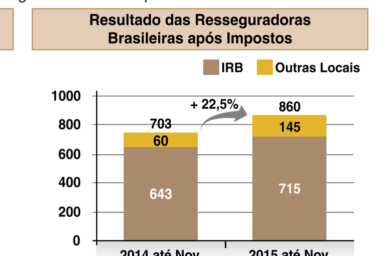
Parte deste crescimento é devido às atividades internacionais das Resseguradoras Brasileiras, que pelos dados da Susep e nossas projeções geraram neste período um volume de resseguro proveniente do exterior de mais de R$ 1,0 bilhão. Esta iniciativa, feita com cautela e competência e notadamente na América Latina, reforça a estratégia de tornar o Brasil um Polo Regional de Resseguros, projeto natural para um país que, com um forte mercado de Seguradoras e Resseguradoras Locais e com poucas catástrofes naturais, pode mitigar, com manutenção de solvência, boa parte dos seus próprios riscos e dos riscos de países vizinhos localizados numa região altamente exposta a desastres naturais.

Volume de Resseguro Bruto Aceito pelas Resseguradoras Brasileiras



Fonte: Susep, Terra Brasis, números expressos em bilhões de reais

Resultado das Resseguradoras Brasileiras após Impostos



Fonte: Susep, Terra Brasis, números expressos em milhões de reais

O lucro do conjunto das Resseguradoras Locais, após a dedução de impostos, registrou até novembro de 2015 o valor de R$ 860 milhões, frente a R$ 703 milhões no mesmo período de 2014, indicando crescimento de 22,5%. A alta sinistralidade de 92% (122% se excluído o IRB), com perspectivas de aumentar em dezembro devido a sinistros de grande porte ocorridos nos últimos meses do ano, foi compensada pelos resultados de investimentos, equivalentes a 22% do prêmio ganho e pelo resultado positivo da retrocessão de 6% do prêmio ganho, no mesmo período.

Terra Brasis - Organização Societária

A Terra Brasis, com capital integralizado de R$ 100,5 milhões, é parte do Grupo Financeiro Brasil Plural e possui participação qualificada do *International Finance Corporation (IFC)*, braço financeiro do Banco Mundial para o setor privado.

Além da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, a Terra Brasis possui os Comitês de Auditoria, de Investimentos, de Subscrição e de Sinistros, órgãos estatutários de apoio à Administração, também homologados pela Susep.

Estratégia de Negócios

No seu terceiro ano completo de operações a Terra Brasis continuou mantendo a estratégia de aceitar negócios de forma prudente com grau de risco e expectativa de retornos coerentes, buscando crescer o volume de negócios contínua e consistentemente.

Para isto, mantém contínuo o esforço de aperfeiçoamento dos seus procedimentos operacionais e o investimento no desenvolvimento da equipe de colaboradores, visando à constante reciclagem de conceitos e à absorção gradativa de técnicas contemporâneas na área de resseguros, de forma a melhor atender aos clientes e parceiros.

Dentro desta estratégia durante 2015 reformulou sua organização administrativa, utilizando recursos humanos internos visando manter a já tradicional opção pela inovação, a eficiência de processos e o incentivo motivacional da equipe que desde o início das atividades participa da operação e gerenciamento da Companhia.

Mesmo mantendo seu foco de atuação no Brasil, com base em estudos iniciados em 2014 sobre as possibilidades de atuação em outros mercados de resseguro na América Latina, a Terra Brasis iniciou prudentemente em 2015 a aceitação de pequenas participações em resseguro de Seguradoras do Peru, Colômbia e Equador. Como próximo passo, com o objetivo de participar com maior proximidade e conhecimento nos mercados Latino-americanos de resseguro, a Terra Brasis planeja instalar em Bogotá no primeiro semestre de 2016 o primeiro escritório de representação no exterior, provendo apoio comercial à atuação nesta região.

Dentro da perspectiva de crescente atuação regional, a Terra Brasis mantém-se como membro da *Federação Interamericana de Empresas de Seguros* (*FIDES*), entidade composta por representantes do mercado de seguros de 16 países da América Latina além dos Estados Unidos e da Espanha e que tem como objetivo estimular o desenvolvimento do mercado, defendendo a iniciativa privada e padrões éticos e técnicos em todas as atividades relacionadas ao setor. Em 2015 a Terra Brasis passou a ter representantes nas Comissões de Resseguro, de Solvência, de Regulamentação e de Educação Financeira da referida entidade.

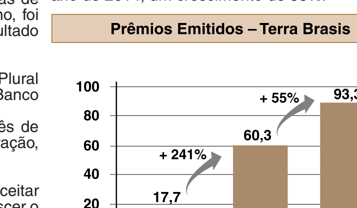
Mantendo sua estratégia de opção pela inovação, em 2015 a Terra Brasis disponibilizou ao mercado o *XTerra*, primeira ferramenta de precificação de resseguro não proporcional desenvolvida no Brasil. Com este trabalho a Terra Brasis foi pela segunda vez premiada pela Confederação Nacional de Seguros (CNSeg) no concurso anual Antonio Carlos de Almeida Braga. Também dentro desta estratégia, estudos sobre os impactos das catástrofes naturais no país continuam a ser desenvolvidos pela Companhia e o Mapa de Catástrofes Naturais Brasileiras, trabalho merecedor do mesmo prêmio em 2013, continua a ser periodicamente atualizado, publicado e em 2015, passou a ter também uma versão digital disponível ao mercado no *site* da Companhia.

A Terra Brasis continua a adotar políticas de sustentabilidade em seguros, coerente com procedimentos estruturais do acionista *IFC*, e observa em seu processo decisório a conscientização sobre questões ambientais, sociais e de governança. Nesse sentido foi a primeira Resseguradora Local a assinar o UNEP FI - *Principles for Sustainable Insurance*, iniciativa das Nações Unidas em parceria com a indústria global de seguros.

Desempenho Operacional

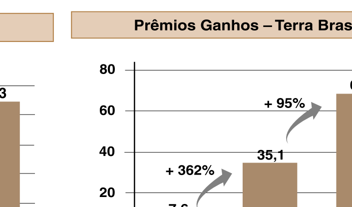
A Terra Brasis continua a receber crescente apoio das Seguradoras e Corretoras do mercado brasileiro e atingiu em 2015 o valor de prêmio emitido de R$ 93,3 milhões, contra R$ 60,3 milhões referentes ao ano de 2014, um crescimento de 55%.

Prêmios Emitidos – Terra Brasis



Fonte: Terra Brasis, valores expressos em milhões de reais

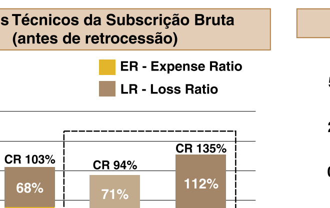
Prêmios Ganhos – Terra Brasis



Fonte: Terra Brasis, valores expressos em milhões de reais

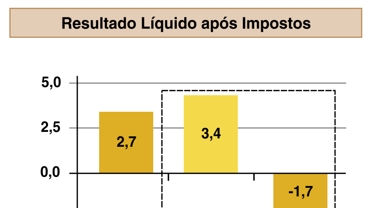
A sinistralidade bruta de 71% e o resultado líquido positivo de R$ 3,4 milhões após impostos, obtidos até o fim do terceiro trimestre, dentro do previsto no plano de negócios para o período, foram fortemente alterados por dois sinistros de grande monta ocorridos no quarto trimestre de 2015, um deles em cosseguro, para os quais, seguindo as informações das Seguradoras Cedentes, a Terra Brasis provisionou um montante líquido de sua responsabilidade de aproximadamente R$ 7,0 milhões. Estes eventos levaram, ao final de 2015, a uma sinistralidade bruta de 112% (68% em 2014) e a um resultado líquido negativo de R$ 1,7 milhão (lucro líquido de R$ 2,7 milhões em 2014).

Índices Técnicos da Subscrição Bruta (antes de retrocessão)



Fonte: Terra Brasis *CR: Combined Ratio = ER + LR*

Resultado Líquido após Impostos



Fonte: Terra Brasis, valores expressos em milhões de reais

Para 2016, apesar das dificuldades econômicas do país, estimamos que o retorno da sinistralidade aos seus índices normais e a continuidade da queda do índice de despesas (35% em 2014 para 23% em 2015), consequência do consistente aumento de produção, levarão a Companhia a retornar resultados positivos dentro de seus objetivos estratégicos.

O disponível e as aplicações financeiras registraram R$ 132 milhões no final do exercício (R$ 113 milhões em dezembro de 2014), contribuindo com os seus resultados para o desempenho da Companhia. As aplicações financeiras obedecem aos normativos oficiais, principalmente os contidos nas Resoluções CNSP nº 226/2010 e CMN nº 3.308/2005.

A Agência *A.M.Best*, especializada no setor de seguros, manteve o *rating global* de crédito emissor **bbb**, *rating global* de força financeira **B++** com perspectiva estável. A *Standard & Poors* manteve a nota **brA+,** na escala doméstica, com perspectiva estável.

Agradecimentos

Agradecemos às Autoridades do Setor, Seguradoras, Corretoras, Retrocessionárias e a todos os parceiros de negócios pela confiança depositada nos trabalhos da Administração. Agradecemos também aos nossos Acionistas e Colaboradores pelo contínuo empenho no desenvolvimento da Terra Brasis.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016.

Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Notas	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
Circulante		177.514	180.172
Disponível	4	991	1.284
Caixa e bancos		991	1.284
Aplicações	5	57.672	111.633
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	50.511	42.539
Operações com seguradoras		47.650	41.015
Operações com resseguradoras		2.861	1.524
Ativos de resseguro e retrocessão	12.2	65.269	23.577
Títulos e créditos a receber		1.804	226
Títulos e créditos a receber		23	24
Créditos tributários e previdenciários	7	1.721	169
Outros créditos		60	33
Despesas antecipadas		11	10
Custos de aquisição diferidos	12.3	1.256	903
Resseguros		1.256	903
Ativo não circulante		89.391	9.080
Realizável a longo prazo		88.786	8.490
Aplicações	5	73.767	-
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	24	26
Operações com seguradoras		24	26
Ativos de resseguro e retrocessão	12.2	9.356	4.990
Títulos e créditos a receber		5.151	3.102
Créditos tributários e previdenciários	7.1	5.053	3.102
Outros créditos		98	-
Custos de aquisição diferidos	12.3	488	372
Imobilizado	8	258	277
Bens móveis		244	264
Outras imobilizações		14	13
Intangível	8	347	313
Outros intangíveis		347	313
TOTAL DO ATIVO		266.905	189.252

PASSIVO	Notas	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
Circulante		151.669	78.915
Contas a pagar		815	701
Obrigações a pagar		178	152
Impostos e encargos sociais a recolher		176	186
Encargos trabalhistas		290	155
Impostos e contribuições		171	208
Débitos de operações com seguros e resseguros	6	27.069	25.324
Operações com resseguradoras		25.706	24.230
Corretores de seguros e resseguros		1.363	1.094
Depósitos de terceiros	10	278	1.240
Provisões técnicas - resseguradora	12.1	123.507	51.650
Passivo não circulante		18.038	11.084
Débitos de operações com seguros e resseguros	6	21	88
Provisões técnicas - resseguradora	12.1	18.017	10.996
Patrimônio líquido	15	97.198	99.253
Capital social		100.494	100.494
Reservas de capital		-	1.600
Ações em tesouraria		(356)	-
Ajustes TVM		3	-
Prejuízos acumulados		(2.943)	(2.841)
TOTAL DO PASSIVO		266.905	189.252

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajuste ao valor de mercado TVM	Lucro / prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	100.000	1.600	-	-	(5.521)	96.079
Adiantamento para futuro aumento de capital	494	-	-	-	-	494
Resultado do exercício	-	-	-	-	2.680	2.680
Saldo em 31 de dezembro de 2014	100.494	1.600	-	-	(2.842)	99.253
Variação do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	3	-	3
Constituição de reservas de lucros	-	(1.600)	-	-	1.600	-
Ações em tesouraria	-	-	(356)	-	-	(356)
Resultado do exercício	-	-	-	-	(1.702)	(1.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	100.494	-	(356)	3	(2.943)	97.198

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Prêmios emitidos	17a	93.345	60.318
Variações das provisões técnicas		(24.827)	(25.234)
Prêmios ganhos		68.518	35.084
Sinistros ocorridos	17b	(76.612)	(24.027)
Custos de aquisição	17c	(2.328)	(1.563)
Outras despesas e receitas operacionais	17d	(52)	(40)
Resultado com retrocessão	17e	4.645	(5.819)
Despesas administrativas	17f	(10.697)	(9.334)
Despesas com tributos	17g	(3.416)	(1.318)
Resultado financeiro	17h	16.208	11.147
Receitas financeiras		23.769	15.230
Despesas financeiras		(7.561)	(4.083)
Resultado patrimonial	17i	280	285
Resultado operacional		(3.454)	4.415
Imposto de renda	7.2	888	(1.035)
Contribuição social	7.2	1.028	(664)
Participação sobre o lucro		(164)	(36)
Lucro líquido / prejuízo do exercício		(1.702)	2.680
Quantidade de ações - em milhares		100.450	100.450
Lucro líquido / prejuízo - por mil ações		(0,02)	26,68

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido / prejuízo do exercício	(1.702)	2.680
Outros resultados abrangentes		
Ajuste a valor de mercado	5	-
Impostos ajustes a valor de mercado	(2)	-
(=) Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	3	-
(=) Total do resultado abrangente do exercício	(1.699)	2.680

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2015	31/12/2014
Atividades operacionais		
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	(1.702)	2.680
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	132	115
Ajustes a valor de mercado	3	-
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(19.806)	(14.285)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(7.970)	(30.693)
Ativos de resseguro	(46.058)	(21.343)
Créditos fiscais e previdenciários	(1.550)	(49)
Ativo fiscal diferido	(2.049)	483
Despesas antecipadas	-	56
Custo de aquisição diferido	(468)	(606)
Outros ativos	(29)	(28)
Impostos e contribuições	87	91
Outras contas a pagar	26	(67)
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.678	18.553
Depósitos de terceiros	(962)	885
Provisões técnicas - seguros e resseguros	78.878	43.485
Caixa gerado / consumido pelas operações	210	(723)
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra		
Intangível	(85)	(69)
Imobilizado	(62)	(6)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(147)	(75)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	494
Ações em tesouraria	(356)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(356)	494
Aumento / redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(293)	(304)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.284	1.588
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	991	1.284

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Terra Brasis Resseguros S.A. (doravante referida também como "Terra Brasis" ou "Companhia" ou "Resseguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada à Rua Minas da Prata, nº 30, conjunto 122, Itaim Bibi, São Paulo, Capital, CNPJ 12.909.684/0001-28. Foi constituída em 20 de setembro de 2010 como prestadora de serviços, com o propósito de transformar-se em Resseguradora Local. No exercício de 2011, ainda em fase pré-operacional, desenvolveu sistemas e processos para a estruturação das operações de resseguro. Em 4 de outubro de 2012, por meio da Portaria nº 4.881, recebeu da Superintendência de Seguros Privados – Susep autorização para operar como Resseguradora Local em atividades de resseguro e retrocessão, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Resolução CNSP nº 168/2007. A Resseguradora é uma coligada do Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: a) Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep, que compreendem as normas estabelecidas pela Susep os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando referendados pela Susep, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Terra Brasis em 23 de fevereiro de 2016. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular Susep nº 517/2015. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Resseguradora reclassificou para o ativo e passivo não circulante os ativos de resseguro, retrocessão, custo de aquisição diferidos e provisões técnicas anteriormente classificados no ativo circulante para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

	Publicado anteriormente	Reclassi-ficações	Saldo atual
Ativo			
Circulante	29.842	(5.362)	24.480
Ativos de resseguro e retrocessão	28.567	(4.990)	23.577
Custos de aquisição diferidos	1.275	(372)	903
Ativo não circulante	-	5.362	5.362
Ativos de resseguro e retrocessão	-	4.990	4.990
Custos de aquisição diferidos	-	372	372
Passivo			
Circulante	62.613	(10.963)	51.650
Provisões técnicas - resseguradora	62.613	(10.963)	51.650
Passivo não circulante	33	10.963	10.996
Provisões técnicas - resseguradora	33	10.963	10.996

c) Continuidade: A Administração avaliou a capacidade da Terra Brasis em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. **d) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Resseguradora. Exceto quando indicado de outra forma, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. **e) Base para mensuração:** Os Ativos e Passivos são mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial: i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e ii. provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Susep. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as normas publicadas pela Susep, exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 3.2 - Instrumentos financeiros; • Nota 3.3 - Prêmios emitidos; • Nota 3.10 - Provisões técnicas e teste de adequação de passivos; • Nota 6 - Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros; • Nota 7 - Imposto de renda e contribuição social. **g) Segregação entre circulante e não circulante:** A Terra Brasis efetua a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, no curso normal do ciclo operacional de 12 meses da entidade; ou • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados e estão demonstradas a seguir. **3.1. Disponível:** Incluem o numerário disponível em caixa e os saldos positivos em conta movimento. **3.2. Instrumentos financeiros:** A Terra Brasis classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **3.2.a. Classificações das categorias:** i. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado* - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Terra Brasis gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento* - São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda* - Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. *Recebíveis* - Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros que são avaliados, periodicamente, quanto à sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. **3.2.b. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas nas notas explicativas. **3.2.c. Hierarquia do valor justo:** O valor justo é classificado nos seguintes níveis: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; Nível 2: Quando é utilizada uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; Nível 3: Ativos cujo valor justo é determinado com base em premissas internas, tendo em vista a ausência de informações e dados observáveis no mercado. **3.3. Prêmios emitidos:** A Terra Brasis subscreve contratos de resseguro que visam fornecer cobertura para riscos ofertados pelas Sociedades Seguradoras e Resseguradoras (denominadas Cedentes). Os contratos são denominados facultativos, quando são subscritos especificamente para cobrir o risco ofertado individual e facultativamente pelas Cedentes e são denominados de automáticos ou de carteira quando a Cedente e a Terra Brasis definem previamente os tipos e as condições em que os riscos devem ser automaticamente incluídos no contrato. Os contratos podem ser proporcionais quando a Terra Brasis e a Cedente dividem proporcionalmente os prêmios e os sinistros originais dos riscos do contrato ou não proporcionais, também chamados resseguros de sinistros, quando a Terra Brasis participa somente nos sinistros acima de determinado valor e recebe da Cedente um prêmio calculado especificamente para esta responsabilidade. Os prêmios de riscos vigentes não emitidos (RVNE) são apurados com base em metodologia própria, de acordo com o previsto nas normas do CNSP, regulamentadas pela Susep. Para os contratos facultativos os prêmios de resseguro são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos. Para os contratos automáticos não proporcionais os prêmios de resseguro também são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos, com base no prêmio depósito, sendo monitorados durante a vigência do contrato e ajustados aos seus valores efetivos no final do período de cobertura do risco. Para os contratos automáticos proporcionais os prêmios de resseguro são registrados mensalmente com base em estimativas fornecidas pelas Cedentes e subscritas pela Companhia, visando acompanhar no tempo e no valor a emissão de prêmios pelas Cedentes. Inicialmente as estimativas são ajustadas por um fator de corte mensurado com base na experiência histórica da companhia, são monitoradas durante a vigência dos contratos e atualizadas quando do recebimento de informações das Cedentes. A Terra Brasis contrata coberturas e mantém contratos de retrocessão para aumentar sua capacidade de aceitação, restringir sua responsabilidade ao limite de retenção por risco subscrito e mitigar o risco de perdas significativas originadas de eventos catastróficos. Os prêmios cedidos das retrocessões proporcionais são registrados em consonância com o registro dos prêmios das aceitações cobertas por elas. Os prêmios das retrocessões não proporcionais são registrados integralmente na data de cessão do contrato de retrocessão. As despesas de comercialização são registradas de acordo com os mesmos critérios aplicados aos prêmios. **3.4. Prêmios ganhos:** Para os contratos facultativos os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die*, ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos. Para os contratos automáticos proporcionais e para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Risk Attaching* (nos quais os riscos subscritos no período do contrato estão cobertos durante todas as suas vigências) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die*, ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos nos contratos, conforme informações e estimativas de vigências médias fornecidas pelas Cedentes. Para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Loss Occuring* (nos quais estão cobertos os sinistros ocorridos no período de vigência do contrato) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die*, ao longo do período de vigência dos contratos. Para os contratos de retrocessão os mesmos princípios de apropriação acima se aplicam às retrocessões cedidas. **3.5. Redução ao valor recuperável:** A Terra Brasis em conformidade com o Artigo 167 da Circular Susep nº 517/2015, realizou estudo técnico específico analisando seu histórico de perdas e o risco de inadimplência. O estudo leva em conta as peculiaridades da operação e das prestações de contas no mercado de resseguro, além da qualidade dos devedores e índice de inadimplência ser zero. Os casos de atraso são analisados individualmente pela Diretoria. Com base no estudo, a classificação do ativo como não recuperável pode ocorrer a qualquer momento após o atraso, quando justificado, ou no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias. **3.6. Sinistros ocorridos:** Corresponde à somatória das indenizações pagas no período e da variação no período das provisões para sinistros a liquidar (PSL), para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) e para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER). **3.7. Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende móveis e utensílios e equipamentos utilizados na condução dos negócios e é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada. Estima-se a vida útil de móveis e utensílios em 10 anos e de equipamentos em 5 anos. **3.8. Intangível:** Os custos associados à aquisição de *software* são ativados e amortizados durante sua vida útil estimada e não superior a cinco anos. Os desenvolvidos internamente são reconhecidos como despesas do período. **3.9. Contas a pagar:** São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. **3.10. Provisões técnicas e teste de adequação de passivos:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela Susep. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parte proporcional à vigência a decorrer dos prêmios de resseguro, calculada *pro rata die*, dos riscos em vigor, sendo determinada, para cada tipo de contrato, por informações ou estimativas, com os mesmos critérios usados para a apropriação dos prêmios. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para apurar a parcela dos prêmios não ganhos relativos aos contratos de resseguros não emitidos, de acordo com os critérios estabelecidos em Nota Técnica Atuarial, pela Circular Susep nº 517/2015 e alterações posteriores. A provisão de excedentes técnicos (PET) é constituída de acordo com os critérios estabelecidos em cláusulas específicas dos contratos de resseguro que têm previsão para participação das Cedentes nos lucros do contrato. A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros ocorridos e avisados com base em estimativa das indenizações informadas pelas Cedentes até a data do balanço. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída com base em cálculos atuariais que consideram a sinistralidade final esperada deduzida dos sinistros já avisados até a data do balanço. A provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR) é constituída para a cobertura das despesas esperadas relacionadas com os sinistros ocorridos, mas que ainda não foram avisados. Os passivos de retrocessão são compostos por prêmios devidos, consistentes com o valor dos ativos de resseguro, na medida em que são retrocedidos. Conforme o CPC - 11, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguro deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguro. O teste de adequação de passivos (TAP) foi elaborado de acordo com as disposições da Circular Susep nº 517/2015, e englobou os contratos de resseguros vigentes na data-base de 31 de dezembro de 2015. O resultado do teste é a diferença entre o saldo contábil das provisões técnicas e o valor das estimativas dos fluxos de caixa futuros das obrigações relacionadas aos riscos vigentes, ambos na data-base. O resultado negativo apurado significa uma insuficiência das provisões técnicas, que deve ser constituída como provisão complementar de cobertura (PCC), no caso de sinistros a ocorrer, ou complementam o saldo da própria provisão que apresentar a insuficiência, no caso de sinistros ocorridos. Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), divulgada pela Susep para cada indexador contratual. O resultado do teste de adequação de passivos demonstrou que as provisões atuais são suficientes para honrar todas as obrigações relacionadas aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2015. Não há, portanto, necessidade da constituição da provisão complementar de cobertura (PCC), referente a eventuais insuficiências da PPNG, ou de se complementar o saldo das demais provisões. **3.11. Imposto de renda e contribuição social**: De acordo com a Lei nº 13.169/2015, conversão da Medida Provisória nº 675 de 2015, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, passou a vigorar com alíquota de 20% entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A Resseguradora aplicou a majoração de 5% da CSLL, em seus créditos tributários de diferenças temporárias, tributos diferidos e bases negativas da CSLL. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e os diferidos. Os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Quando aplicável, o imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados mensalmente e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.12. PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **3.13. Tributos diferidos:** Tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para a compensação dos tributos. São reconhecidos também, ativos de tributos diferidos sobre adições temporárias, decorrentes de ajuste entre resultado contábil e fiscal. Julgamento profissional é necessário para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros.

4. Disponível

O saldo em banco pode ser decomposto em R$ 212 em contas correntes em moeda nacional e R$ 779 em conta corrente em moeda estrangeira, o equivalente a US$ 200 mil, conforme quadro abaixo:

Disponível	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	7	6
Bancos	984	1.278
Total	991	1.284

5. Aplicações financeiras: 5.1. Composição das aplicações - Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são os demonstrados a seguir:

	Taxas de juros contratadas	31/12/2015 Valor	31/12/2015 %	31/12/2014 Valor	31/12/2014 %
Títulos financeiros disponíveis para venda		96.800	74	-	-
Títulos Públicos - LFT	100% Selic	29.796	23	-	-
Títulos Privados - Letras Financeiras	105,70% a 120,00% CDI	40.209	31	-	-
Títulos Privados - Debêntures	105,08% a 110,20% CDI	26.795	20	-	-
Títulos a valor justo por meio do resultado		34.639	26	111.633	100
Títulos Públicos - LFT	100% Selic	-	-	24.443	22
Títulos Privados - Letras Financeiras	105,70% a 119,00% CDI	-	-	36.147	33
Títulos Privados - Debêntures	108,25% a 117,94% CDI	-	-	18.364	16
Títulos Privados - Cédula de Crédito Bancário	CDI + 5,00%	-	-	2.444	2
Quotas de fundos de investimento abertos		25.259	19	20.855	19
Ações - Companhia de capital fechado		9.380	7	9.380	8
Total		131.439	100	111.633	100

(*) Todos os fundos nos quais a Terra Brasis aplica seus recursos são fundos não exclusivos, com seus dados disponíveis para consulta pública, abertos para outros investidores (inclusive entidades não supervisionadas pela Susep) e sem prazo de vencimento.

5.2. Abertura por vencimento

Apresentamos a seguir a composição das aplicações por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo, por meio do resultado, estão registrados contabilmente no ativo circulante independentemente dos prazos de vencimento.

	31/12/2015 Sem vencimento ou até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	%	31/12/2014 Sem vencimento ou até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	%
Quotas fundos de investimento aberto	25.259	-	-	25.259	19	20.855	-	-	20.855	19
Ações	9.380	-	-	9.380	7	9.380	-	-	9.380	8
Títulos Públicos	3.155	26.641	-	29.796	23	6.779	17.664	-	24.443	22
LFT	3.155	26.641	-	29.796	23	6.779	17.664	-	24.443	22
Títulos Privados	19.878	47.126	-	67.004	50	38.591	17.295	1.069	56.955	51
Debêntures	-	26.795	-	26.795	20	-	17.295	1.069	18.364	17
Cédula crédito bancário	-	-	-	-	-	2.444	-	-	2.444	2
Letras financeiras	19.878	20.331	-	40.209	31	36.147	-	-	36.147	32
Total	57.672	73.767	-	131.439	100	75.605	34.959	1.069	111.633	100

5.3. Ativos financeiros ajustados pelo valor de mercado

	31/12/2015 Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo / contábil	31/12/2014 Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo / contábil
Títulos financeiros disponíveis para venda	96.795	5	96.800	-	-	-
Títulos Públicos - LFT	29.793	3	29.796	-	-	-
Títulos Privados - Letras financeiras	40.130	79	40.209	-	-	-
Títulos Privados - Debêntures	26.872	(77)	26.795	-	-	-
Títulos a valor justo por meio do resultado	34.639	-	34.639	111.601	32	111.633
Títulos Públicos - LFT	-	-	-	24.445	(2)	24.443
Títulos Privados - Letras financeiras	-	-	-	36.132	15	36.147
Títulos Privados - Debêntures	-	-	-	18.342	22	18.364
Títulos Privados - Cédula de crédito bancário	-	-	-	2.447	(3)	2.444
Quotas de fundos de investimentos abertos	25.259	-	25.259	20.855	-	20.855
Ações - Companhia de capital fechado	9.380	-	9.380	9.380	-	9.380
Total	131.434	5	131.439	111.601	32	111.633

5.4. Hierarquia de valor justo das aplicações financeiras

	31/12/2015 Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2014 Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos Públicos - LFT	29.796	-	-	24.443	-	-
Títulos Privados - Letras financeiras	-	40.209	-	-	36.147	-
Títulos Privados - Debêntures	-	26.795	-	-	18.364	-
Títulos Privados - Cédula de crédito bancário	-	-	-	-	2.444	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	25.259	-	-	20.855	-
Ações - Companhia de capital fechado	-	-	9.380	-	-	9.380
Total	29.796	92.263	9.380	24.443	77.810	9.380

O valor justo das quotas de fundos de investimento financeiro foi estimado como sendo o valor patrimonial divulgado pelos Administradores dos fundos de investimento, nos quais a Terra Brasis aplica seus recursos. Os instrumentos financeiros estão registrados na carteira dos fundos de investimento. A Terra Brasis não opera diretamente com derivativos. Os fundos de investimentos são classificados como Nível 2 e podem usar derivativos dentro da sua estratégia de investimento (vide nota 3.2.c). As ações de companhia de capital fechado são classificadas em Nível 3 e contabilizadas a preço de custo.

5.5. Movimentações das aplicações financeiras

	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
Saldo inicial	111.633	97.348
Aplicações	112.376	117.716
Resgates	(109.430)	(115.341)
Rendimentos	16.860	11.910
Saldo final	131.439	111.633

5.6 Desempenho: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos certificados de depósitos interbancários (CDI). O desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos atingiu 15,77% no acumulado de janeiro a dezembro de 2015, representando aproximadamente 119% do CDI que foi de 13,23% no ano. Excluindo as aplicações em fundo cambial, usado para o *hedge* dos passivos financeiros em moeda estrangeira, o desempenho dos demais ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos atingiu 14,23% no acumulado de janeiro a dezembro de 2015, representando aproximadamente 108% do CDI. Em 2014 o desempenho global dos ativos financeiros atingiu 11,78%, representando 109% do CDI que foi de 10,81% no ano.

6. Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros

6.1. Composição

Grupo	Créditos de operações 31/12/2015	Créditos de operações 31/12/2014	Débitos de operações 31/12/2015	Débitos de operações 31/12/2014
Patrimonial	24.906	19.034	13.620	11.302
Riscos especiais	533	994	263	673
Responsabilidades	1.803	1.827	777	573
Automóvel	33	272	(43)	106
Transportes	5.456	12.026	2.482	8.483
Riscos financeiros	10.315	4.374	7.959	2.581
Pessoas coletivo	294	882	130	1.203
Habitacional	33	43	222	162
Rural	2.792	668	1.246	15
Outros (*)	1.410	-	129	-
Marítimos	2.379	2.194	181	204
Aeronáuticos	581	251	124	110
Total	50.535	42.565	27.090	25.412

(*) Referem-se integralmente a aceitações de riscos originados no exterior, ramo 1279 – Seguros no Exterior.

6.1.a. Movimentações dos créditos das operações de seguros e resseguros

	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
Saldo inicial	42.565	11.872
Prêmios emitidos	84.501	56.828
Prêmios emitidos - RVNE	8.844	3.491
Recebimento	(87.180)	(31.868)
Oscilação cambial	1.107	96
Recuperação de sinistro	698	2.146
Saldo final	50.535	42.565

6.1.b. Movimentações dos débitos das operações de seguros e resseguros

	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
Saldo inicial	25.412	6.859
Prêmios de retrocessão emitidos	49.586	15.402
Prêmios de retrocessão emitidos – RVNE	5.248	2.148
Corretagem	269	-
Pagamentos	(53.505)	1.035
Oscilação cambial	80	(32)
Saldo final	27.090	25.412

6.2. Fluxo de realização de recebimento e pagamento

6.2.a. Prazos de recebimento:

	31/12/2015 Vincendos	Vencidos	Total	31/12/2014 Vincendos	Vencidos	Total
Sem Vencimento(*)	18.297	-	18.297	18.846	-	18.846
1 a 30 dias	20.816	1.308	22.124	12.271	1.239	13.510
31 a 60 dias	1.970	424	2.394	2.114	125	2.239
61 a 120 dias	2.418	126	2.544	2.062	179	2.241
121 a 180 dias	1.852	47	1.899	1.553	197	1.750
181 a 365 dias	3.251	2	3.253	3.881	72	3.953
acima 365 dias	24	-	24	26	-	26
Total	48.628	1.907	50.535	40.753	1.812	42.565

(*) Estimativa dos prêmios dos contratos automáticos proporcionais para os quais ainda não foram recebidas as prestações de contas elaboradas pelas Cedentes. Desta forma, não há uma data efetiva para o recebimento e, portanto, são classificados como sem vencimento.

6.2.b. Prazos de pagamento:

	31/12/2015 Vincendos	Vencidos	Total	31/12/2014 Vincendos	Vencidos	Total
Sem Vencimento(*)	10.896	-	10.896	9.773	-	9.773
1 a 30 dias	10.983	288	11.271	8.220	32	8.252
31 a 60 dias	2.602	66	2.668	2.399	-	2.399
61 a 120 dias	412	11	423	827	348	1.175
121 a 180 dias	801	6	807	1.076	-	1.076
181 a 365 dias	996	8	1.004	2.649	-	2.649
acima 365 dias	21	-	21	88	-	88
Total	26.711	379	27.090	25.032	380	25.412

(*) Estimativa dos prêmios dos contratos automáticos proporcionais de retrocessão para os quais ainda não foram recebidas as prestações de contas elaboradas pelas Cedentes correspondentes aos contratos de resseguros aceitos. Desta forma, não há uma data efetiva para o pagamento e, portanto, são classificados como sem vencimento.

7. Imposto de renda e contribuição social

7.1.a Créditos tributários

	31/12/2015	31/12/2014	Variação
Circulante	1.721	169	1.552
Créditos tributários	1.721	169	1.552
Não circulante	5.053	3.102	1.951
Créditos de imposto de renda prejuízo fiscal	2.813	1.939	874
Créditos de imposto de renda ajustes temporais	13	-	13
Créditos de contribuição social base negativa	2.181	1.163	1.018
Créditos de contribuição social ajustes temporais	11	-	11
IR e CS ajuste de valor a mercado	35	-	35
Total	6.774	3.271	3.503

7.1.b Constituição e compensação dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ano de constituição / compensação	Base de cálculo	CSLL	IRPJ	Total
Anterior a 2013	4.976	746	1.244	1.990
2013	4.108	616	1.027	1.643
2014	(1.329)	(199)	(332)	(531)
2015	3.497	1.018	874	1.892
Total	11.252	2.181	2.813	4.994
2016	-	(943)	(1.178)	(2.121)
2017	-	(990)	(1.238)	(2.228)
2018	-	(248)	(397)	(645)
Total	11.252	-	-	-

(Constituição e compensação do crédito tributário: CSLL, IRPJ, Total)

São constituídos créditos diferidos do imposto de renda e da contribuição social sobre os prejuízos fiscais apurados em cada período. A estimativa da Administração, conforme plano de negócios é a de que os créditos tributários sejam compensados em até seis anos da data de início das operações.

7.2. Despesas de Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2015 Imposto de renda	31/12/2015 Contribuição social	31/12/2014 Imposto de renda	31/12/2014 Contribuição social
Lucro / prejuízo antes dos impostos e após participações	(3.618)	(3.618)	4.379	4.379
Diferenças permanentes	67	67	-	-
Diferenças temporárias	53	53	-	-
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	-	-	1.035	664
Tributo antes das compensações	-	-	1.035	664
Compensação prejuízo fiscal / base negativa	-	-	(284)	(199)
Constituição de crédito tributário	(888)	(1.028)	-	-
Total	(888)	(1.028)	751	465
Alíquota efetiva (%)	25%	28%	24%	15%

8. Ativo imobilizado e intangível

	Móveis e utensílios	Equipamentos	*Software*	Total
Em 31 de dezembro de 2014				
Saldo inicial	230	124	276	630
Aquisições	-	6	69	75
Depreciação acumulada	(41)	(42)	(32)	(115)
Saldo final	189	88	313	590
Em 31 de dezembro de 2015				
Saldo inicial	189	88	313	590
Aquisições	3	144	-	147
Depreciação acumulada	(42)	(53)	(37)	(132)
Saldo final	150	179	276	605

9. Transações com partes relacionadas: 9.1. A Terra Brasis realiza investimentos em fundos abertos geridos pela Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda. Os investimentos da Terra Brasis não são relevantes em relação ao patrimônio desses fundos. **9.2.** A remuneração global do pessoal-chave da Administração no exercício foi de R$ 2.379 (R$ 2.270 em 2014) que compreende substancialmente pró-labore. **9.3.** Em 05 de fevereiro de 2015 a Terra Brasis recomprou 1.000.000 de ações da L&S Participações, pelo valor de R$ 494 (quatrocentos e noventa e quatro mil reais), que representavam a totalidade de sua participação na Companhia. **9.4.** Em 13 de novembro de 2015 a Terra Brasis vendeu 134.818 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que mantinha em tesouraria, à Terra Brasis Partners Participações Ltda., pelo valor de R$ 138 (cento e trinta e oito mil reais).

10. Depósitos de terceiros

	31/12/2015	31/12/2014
De 1 a 30 dias	254	594
De 31 a 60 dias	3	195
De 61 a 120 dias	12	359
De 121 a 180 dias	8	47
De 181 a 365 dias	1	45
Total	278	1.240

11. Detalhamento do patrimônio líquido ajustado (PLA)

	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio líquido	97.198	99.253
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(10)	(10)
Créditos tributários	(4.994)	(3.102)
Ativos intangíveis	(347)	(313)
a. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	91.847	95.828
b. Capital base	60.000	60.000
c. 20% do prêmio retido anual dos últimos 12 meses	-	5.827
d. 33% do sinistro retido anual médio dos últimos 36 meses	-	1.956
e. Capital de risco	16.340	17.340
Parcela baseada no risco de subscrição	6.898	5.051
Parcela baseada no risco de crédito	11.049	13.825
Benefício da diversificação	(2.267)	(1.950)
Parcela baseada no risco operacional	660	414
f. Capital mínimo requerido (max[b,c,d,e])	60.000	60.000
g. Suficiência de capital (a - f)	31.847	35.828
Suficiência de capital (g/f)	53%	60%

12. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos: 12.1. Resseguros e retrocessões aceitas

31/12/2015 Grupo	Emitidos	RVNE	Comissão a cedente	IBNR	IBNER	Avisados	PET	PDR-IBNR	Total
	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		
Patrimonial	28.044	6.740	(4.904)	3.230	-	52.132	45	-	85.287
Riscos especiais	637	160	(88)	2.475	24	2	-	11	3.221
Responsabilidades	2.548	664	(248)	3.389	50	1.009	12	14	7.438
Automóvel	5	1	-	195	5	192	3	1	402
Transportes	5.529	1.509	(344)	-	-	5.714	106	-	12.514
Riscos financeiros	20.537	3.683	(7.884)	433	99	2.303	207	2	19.380
Pessoas coletivo	86	25	-	450	18	96	249	2	926
Habitacional	8	1	(3)	57	5	80	57	-	205
Rural	3.104	653	(861)	-	-	354	-	-	3.250
Outros	1.198	282	(231)	445	10	-	5	1	1.710
Marítimos	2.362	686	(5)	(9)	57	3.098	-	1	6.190
Aeronáuticos	470	126	(36)	-	-	441	-	-	1.001
Total	64.528	14.530	(14.604)	10.665	268	65.421	684	32	141.524

31/12/2014 Grupo	Emitidos	RVNE	Comissão a cedente	IBNR	IBNER	Avisados	PET	PDR-IBNR	Total
	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		
Patrimonial	19.346	2.745	(3.905)	2.557	152	7.817	63	254	29.012
Riscos especiais	1.395	221	(149)	1.066	28	181	-	104	2.846
Responsabilidades	1.597	262	(125)	2.175	44	91	25	215	4.301
Automóvel	214	24	(78)	130	2	167	2	14	475
Transportes	9.952	1.198	(3.216)	1.785	127	2.998	72	176	13.092
Riscos financeiros	6.881	768	(2.562)	67	3	566	121	7	5.851
Pessoas coletivo	77	14	-	16	-	343	280	2	732
Habitacional	7	1	(3)	-	-	9	24	-	38
Rural	607	82	(147)	-	-	68	-	-	610
Marítimos	1.910	332	(39)	312	9	2.662	3	31	5.220
Aeronáuticos	246	39	(28)	105	4	88	5	10	469
Total	42.232	5.686	(10.252)	8.213	369	14.990	595	813	62.646

Obs.: RVNE: Riscos Vigentes Não Emitidos; Comissão: Comissão da Cedente; IBNR: Sinistros Ocorridos e Não Avisados ("Incurred But Not Reported"); IBNER: Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados ("Incurred But Not Enough Reported"); PET: Provisão de Excedentes Técnicos; PDR-IBNR: Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR

12.2. Retrocessões cedidas

31/12/2015 Grupo	Emitidos	RVNE	Comissão a cedente	IBNR	IBNER	Avisados	PET	PDR-IBNR	Total
	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		
Patrimonial	15.494	3.776	(3.553)	823	1	31.716	32	-	48.289
Riscos especiais	351	77	(109)	1.335	9	2	-	6	1.671
Responsabilidades	924	259	(79)	1.384	19	461	-	6	2.974
Automóvel	(59)	(11)	25	110	3	2	-	1	71
Transportes	1.608	551	195	-	-	4.095	-	-	6.449
Riscos financeiros	16.597	2.942	(7.186)	245	70	2	12	9	12.691
Pessoas coletivo	-	-	-	340	11	18	168	2	539
Habitacional	2	-	(1)	4	-	17	-	-	22
Rural	1.795	366	(579)	-	-	170	-	-	1.752
Outros	10	2	(3)	1	-	-	-	-	10
Marítimos	-	-	-	(1)	1	-	-	-	-
Aeronáuticos	75	22	(21)	-	-	84	-	-	160
Total	36.797	7.984	(11.311)	4.241	114	36.565	212	23	74.625

31/12/2014 Grupo	Emitidos	RVNE	Comissão a cedente	IBNR	IBNER	Avisados	PET	PDR-IBNR	Total
	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		
Patrimonial	10.056	1.440	(2.681)	1.366	69	3.193	28	135	13.606
Riscos especiais	1.014	125	(226)	685	20	156	-	68	1.842
Responsabilidades	283	51	(14)	976	14	-	-	97	1.407
Automóvel	63	7	(27)	95	2	-	-	9	149
Transportes	6.689	730	(2.862)	1.690	86	2.038	-	167	8.538
Riscos financeiros	3.323	350	(1.435)	-	-	-	1	-	2.239
Pessoas coletivo	24	4	(1)	13	-	274	223	1	538
Habitacional	3	-	(1)	-	-	4	9	-	15
Rural	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Marítimos	76	13	(11)	-	-	-	-	-	78
Aeronáuticos	87	16	(4)	48	2	-	-	5	154
Total	21.619	2.736	(7.262)	4.873	193	5.665	261	482	28.567

Obs.: RVNE: Riscos Vigentes Não Emitidos; Comissão: Comissão da Cedente; IBNR: Sinistros Ocorridos e Não Avisados ("Incurred But Not Reported"); IBNER: Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados ("Incurred But Not Enough Reported"); PET: Provisão de Excedentes Técnicos; PDR-IBNR: Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR

12.3. Custos de aquisição diferidos

Grupo	01/01/2015 a 31/12/2015 Saldo inicial	Corretagem Constituição	Corretagem Diferimento	Oscilação cambial	Saldo final	01/01/2014 a 31/12/2014 Saldo inicial	Corretagem Constituição	Corretagem Diferimento	Oscilação cambial	Saldo final
Patrimonial	682	1.445	(1.246)	11	892	258	1.162	(739)	1	682
Riscos especiais	70	40	(111)	19	18	30	137	(104)	7	70
Responsabilidades	78	177	(125)	1	131	183	123	(228)	-	78
Automóvel	4	11	(13)	-	2	1	11	(8)	-	4
Transportes	192	268	(307)	63	216	85	251	(161)	17	192
Riscos financeiros	54	75	(58)	-	71	25	57	(28)	-	54
Pessoas coletivo	2	14	(12)	-	4	-	46	(44)	-	2
Rural	10	28	(19)	-	19	2	14	(6)	-	10
Outros	-	161	(74)	23	110	-	-	-	-	-
Marítimos	177	326	(330)	64	237	83	296	(220)	18	177
Aeronáuticos	6	63	(32)	7	44	2	28	(24)	-	6
Total	1.275	2.608	(2.327)	188	1.744	669	2.125	(1.562)	43	1.275

Para carteira atual de negócios, o prazo inicial médio de diferimento é de 13 meses e o máximo de 51 meses.

12.4. Desenvolvimento de sinistros - 12.4.a - Tabela de desenvolvimento de sinistros a liquidar - bruto de retrocessões - O quadro de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos avisos de sinistros recebidos pela Terra Brasis para cada ano de subscrição dos contratos. Partindo do ano em que o contrato de resseguro foi subscrito, a parte superior do quadro demonstra a evolução dos avisos de sinistros no decorrer dos anos. O montante avisado varia à medida que informações mais atualizadas são obtidas através de dados enviados pelas cedentes sobre contratos subscritos. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis na data-base dessas demonstrações financeiras.

Ano de subscrição	2012	2013	2014	2015
Montante avisado de sinistros				
No ano de subscrição	-	5.989	3.641	18.581
Um ano após o ano de subscrição	531	18.428	46.435	-
Dois anos após o ano de subscrição	1.831	32.485	-	-
Três anos após o ano de subscrição	1.776	-	-	-
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-
Posição em 31/12/2015	1.776	32.485	46.435	18.581
Montante sinistros pagos				
No ano de subscrição	-	(391)	(239)	(125)
Um ano após o ano de subscrição	(4)	(6.437)	(10.764)	-
Dois anos após o ano de subscrição	(582)	(22.116)	-	-
Três anos após o ano de subscrição	(850)	-	-	-
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-
Posição em 31/12/2015	(850)	(22.116)	(10.764)	(125)
Saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) em 31/12/2015	926	10.369	35.671	18.456

12.4.b - Tabela de desenvolvimento de sinistros a liquidar - Líquido de retrocessões

Ano de subscrição	2012	2013	2014	2015
Montante avisado de sinistros				
No ano de subscrição	-	4.718	2.568	5.048
Um ano após o ano de subscrição	400	11.272	23.381	-
Dois anos após o ano de subscrição	1.436	16.223	-	-
Três anos após o ano de subscrição	1.398	-	-	-
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-
Posição em 31/12/2015	1.398	16.223	23.381	5.048
Montante sinistros pagos				
No ano de subscrição	-	(259)	(148)	(87)
Um ano após o ano de subscrição	(2)	(3.955)	(6.057)	-
Dois anos após o ano de subscrição	(360)	(10.515)	-	-
Três anos após o ano de subscrição	(537)	-	-	-
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-
Posição em 31/12/2015	(537)	(10.515)	(6.057)	(87)
Saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) em 31/12/2015	862	5.708	17.325	4.961

13. Cobertura das provisões técnicas: A Companhia mantém vinculadas em garantia das provisões técnicas quotas de fundos de investimento, títulos públicos e títulos privados no montante de R$ 114.765, quantia esta superior à necessidade de cobertura de R$ 68.231, calculada conforme Resolução CNSP nº 226/2010 (Artigo 13, alterado pela Resolução CNSP nº 277/2013).

	31/12/2015	31/12/2014
Provisões técnicas	141.524	62.646
Ativo de resseguro	(40.806)	(4.873)
Direitos creditórios	(32.487)	(25.049)
Montante a ser garantido	68.231	32.724
Quotas de fundos de investimentos abertos	18.987	6.533
Títulos públicos	28.803	24.443
Títulos privados	66.975	17.702
Garantia das provisões técnicas	114.765	48.678
Suficiência	46.534	15.954

14. Grupos de ramos de atuação: 14.1. Prêmios emitidos - Os prêmios emitidos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de retenção são:

	Prêmio emitido 31/12/2015	Prêmio emitido 31/12/2014	Percentual de retenção 31/12/2015	Percentual de retenção 31/12/2014
Patrimonial	46.425	27.969	39	51
Riscos especiais	544	2.855	94	33
Responsabilidades	4.292	2.944	56	88
Automóvel	185	111	62	127
Transportes	12.479	13.864	45	33
Riscos financeiros	17.525	4.652	19	45
Pessoas coletivo	1.205	2.851	47	27
Habitacional	365	280	75	55
Rural	4.179	706	41	100
Outros	1.686	-	99	-
Marítimos	3.696	3.592	100	97
Aeronáuticos	763	494	76	61
Total	93.345	60.318	41	50

14.2. Prêmios ganhos: Os prêmios ganhos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e de corretagem são:

Grupo	31/12/2015 Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Corretagem (%)	31/12/2014 Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Corretagem (%)
Patrimonial	34.865	161	4	15.416	73	5
Riscos especiais	1.519	73	7	1.759	73	6
Responsabilidades	3.090	65	5	2.743	65	8
Automóvel	329	51	4	245	109	3
Transportes	14.349	73	2	7.879	62	2
Riscos financeiros	6.170	45	1	1.261	46	2
Pessoas coletivo	1.215	61	1	2.518	59	2
Habitacional	331	64	-	282	17	-
Rural	1.825	48	1	281	103	2
Outros	681	67	11	-	-	-
Marítimos	3.557	32	10	2.369	82	9
Aeronáuticos	586	86	5	331	62	7
Total	68.518	112	3	35.084	68	4

15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social: O capital social subscrito e totalmente integralizado está representado por 100.450 de ações ordinárias sem valor nominal. **15.2. Reserva de capital:** Refere-se a contribuições espontâneas efetuadas pelos acionistas para reforço do patrimônio líquido. **15.3. Reserva legal:** É constituída ao final de cada exercício social em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital. Não foi constituída por inexistir lucro no exercício. **15.4. Dividendos:** São assegurados aos acionistas, ao final de cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido anual ajustado, de acordo com a Lei das Sociedade por Ações. **15.5. Ações em tesouraria:** Em 31 de dezembro de 2015 a Terra Brasis possui em tesouraria 865.182 (oitocentos e sessenta e cinco mil, cento e oitenta e duas) ações pelo valor de R$ 356 (trezentos e cinquenta e seis mil). **16. Políticas de gerenciamento de riscos:** A Terra Brasis possui um sistema interno de gerenciamento de riscos, fundamentado na gestão integrada de cada um dos processos de negócios, na adequação do nível de risco a objetivos preestabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos envolve todas as camadas organizacionais da Companhia desde a alta administração até as diversas áreas de negócios, na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. **16.1. Risco de subscrição:** Risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas associadas às bases técnicas e atuariais para cálculo de prêmios e provisões técnicas, decorrentes das operações. Para padronizar e garantir a qualidade dos riscos assumidos foram criados Guias de Subscrição (*Guidelines*) para cada linha de negócio. A adequação às normas destes guias é verificada continuamente e alterações são feitas sempre que necessário. A retenção máxima por risco, dependendo do ramo de negócio, foi definida entre 1,5% a 4,5% do capital da Terra Brasis. Contratos de retrocessão foram firmados para certas linhas de negócio, reduzindo a volatilidade esperada do resultado da carteira. Esforço significativo é dado ao controle de possíveis acúmulos. Dentre as maiores fontes de acúmulo, monitora-se, o máximo possível, a exposição da Terra Brasis a possíveis negócios de cosseguros existentes entre Cedentes com as quais a Terra Brasis participa de contratos de resseguros e para o ramo Seguro Garantia, pertencente ao grupo Riscos Financeiros, realiza-se um controle constante do acúmulo por tomador. **16.2. Risco de crédito:** Risco de crédito é definido como o risco de uma contraparte não cumprir com uma obrigação perante a Terra Brasis. A política interna de investimento prevê diretrizes quanto à exposição a risco de crédito e seu cumprimento é periodicamente monitorado pelo Comitê de Investimento. O gerenciamento dos riscos de crédito referente aos emissores dos títulos que compõem o portfólio de investimentos é efetuado pelos gestores da carteira e dos fundos de investimentos. Para mitigar os riscos de inadimplência nos recebíveis de retrocessão, o painel de retrocessionárias é composto por companhias com *rating* corporativo de alto nível. A tabela a seguir apresenta a cessão de retrocessão, não incluindo RVNE e bruto de comissão, distribuída por *rating* de crédito e tipo de resseguradora.

*Rating**	31/12/2015 Local Valor	%	Admitida Valor	%	Eventual Valor	%	Total Valor	%	31/12/2014 Admitida e Total Valor	%
AA	12	0%	3.587	5%	-	0%	3.599	5%	259	1%
A+	-	0%	898	1%	-	0%	898	1%	16.271	40%
A	-	0%	59.872	89%	2.283	3%	62.155	93%	24.612	60%
A-	-	0%	-	0%	346	1%	346	1%	-	0%
BBB+	8	0%	-	0%	-	0%	8	0%	-	0%
Total	20	0%	64.356	96%	2.629	4%	67.005	100%	41.142	100%

(*) Classificados conforme a agência A.M. Best e quando não disponível *Standard & Poor's*.

16.3. Risco de liquidez: Risco de liquidez é definido como a possibilidade de ocorrência de dificuldades no cumprimento de compromissos financeiros nos prazos e valores requeridos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015, R$ 122.059, o equivalente a 93% do portfólio de investimento encontrava-se aplicado em ativos que permitem resgate em até três dias (D+3). **16.4. Risco operacional:** Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição. A Companhia vem implementando ajustes na sua estrutura, políticas e procedimentos operacionais em linha com os conceitos gerais divulgados pelo CNSP e Susep na Resolução CNSP nº 283 e na Circular Susep nº 517. **16.5. Risco de mercado:** Risco de mercado é definido como o risco de perdas financeiras resultante de mudanças nos preços e taxas do mercado financeiro. Para os ativos da carteira de investimento, este risco é mensurado por uma metodologia de *Value at Risk (VaR)* paramétrico consolidado. Observando histórico de um ano da carteira de investimentos, em 31 de dezembro de 2015, para um nível de confiança de 97,5%, o potencial de perda máxima diária da Terra Brasis é estimado em R$ 210, o correspondente a 0,17% da carteira de investimentos. Em 31 de dezembro de 2014, esta métrica era de R$ 159, o correspondente a 0,16% da carteira de investimentos. Para o gerenciamento do risco cambial, a Terra Brasis executa avaliações mensais dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira e utiliza investimentos em fundos cambiais para minimizar o descasamento de moedas. Em 31 de dezembro de 2015 a Resseguradora possuía exposição somente ao dólar americano, com total de ativos vinculados a esta moeda em valor de US$ 8.599, equivalente a R$ 33.576, total de passivos em valor de US$ 9.977, equivalente a R$ 38.959, resultando em exposição líquida passiva de US$ 1.378, valor equivalente a R$ 5.383. Em 31 de dezembro de 2014 a Resseguradora possuía exposição somente ao dólar americano, com total de ativos vinculados a esta moeda em valor de US$ 3.326, equivalente a R$ 8.836, total de passivos em valor de US$ 3.246, equivalente a R$ 8.623, resultando em exposição líquida ativa de US$ 80, valor equivalente a R$ 212. **16.6. Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade têm por objetivo avaliar o impacto no resultado decorrente de variações nas premissas atuariais e de mercado. Uma análise de sensibilidade foi realizada para os resultados do teste de adequação de passivos e consistiu em medir os impactos da variação da sinistralidade no teste na suficiência das provisões técnicas, considerando os fluxos financeiros de prêmios efetivos e prêmios estimados. Não houve comprometimento da suficiência das provisões. Apresentamos as variações relativas apenas para avaliação e referência, uma vez que as alterações das premissas atuariais não comprometeram a suficiência das provisões técnicas. Alguns resultados da análise de sensibilidade feitos em dezembro de 2015 e de 2014 estão apresentados abaixo.

Efeito bruto de retrocessão	31/12/2015 Impacto	% do resultado	% do PLA	31/12/2014 Impacto	% do resultado	% do PLA
Sinistralidade 10% maior	(6.873)	403,8%	-7,5%	(4.088)	-152,5%	-4,3%
Sinistralidade 10% menor	5.160	-303,2%	5,6%	4.100	153,0%	4,3%

Efeito líquido de retrocessão	31/12/2015 Impacto	% do resultado	% do PLA	31/12/2014 Impacto	% do resultado	% do PLA
Sinistralidade 10% maior	(2.354)	138,3%	-2,6%	(1.415)	-52,8%	-1,5%
Sinistralidade 10% menor	2.424	-142,4%	2,6%	1.424	53,1%	1,5%

Uma análise de sensibilidade foi realizada para a carteira de investimento através de cálculos de estresses nas posições de fechamento da data-base. O teste constituiu-se de variação na taxa de câmbio, taxas de juros, ações e inflação. As premissas do teste e resultados estão apresentadas abaixo: • Estrutura a termo da curva de IPCA: Variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo. • Índice Bovespa: Variação de 10% no Índice. • Câmbio: variação de 10% na taxa de Câmbio.

Fatores de risco	Cenário A Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Cenário B Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Câmbio	10%	799	-10%	(799)
Ações (Ibovespa)	-10%	(117)	10%	117
Inflação	300 bps	(34)	-300 bps	41

17. Detalhamento das contas de resultado

	31/12/2015	31/12/2014
a. Prêmios:		
1. Resseguro aceito	103.964	73.836
2. Retrocessão aceita	1.146	615
3. Resseguro e retrocessão aceito do exterior	1.335	-
4. RVNE	8.844	3.491
5. Comissão da cedente	(21.944)	(17.624)
Total prêmios emitidos	93.345	60.318
6. Variação das provisões	(24.827)	(25.234)
Total prêmios ganhos	68.518	35.084
b. Sinistros incorridos:		
1. Sinistros avisados	(74.941)	(16.552)
2. Variação provisão sinistros ocorridos mas não avisados	(1.671)	(7.476)
Total	(76.612)	(24.028)
c. Custo de aquisição:		
1. Despesas com corretagem	(2.608)	(2.125)
2. Variação da provisão das despesas de corretagem	280	562
Total	(2.328)	(1.563)
d. Outras receitas e despesas operacionais:		
1. Outras receitas operacionais	(52)	(41)
Total	(52)	(41)
e. Resultado com operações de retrocessão		
1. Retrocessão cedida	(67.005)	(41.447)
2. RVNE de prêmio de retrocessão cedido	(5.248)	(2.148)
3. Comissão recebida da retrocessionária	17.419	13.757
4. Variação das provisões de prêmio	16.154	12.115
Total despesa com retrocessão	(38.680)	(17.723)
5. Sinistros avisados recuperados da retrocessionária	13.867	2.794
6. Variação provisão sinistros ocorridos mas não avisados	29.458	9.111
Total receita com retrocessão	43.325	11.905
Total	4.645	(5.818)
f. Despesas administrativas		
1. Despesas com pessoal	(7.276)	(6.634)
2. Serviços de terceiros	(1.320)	(916)
3. Localização e funcionamento	(1.422)	(1.457)
4. Publicidade, representações e publicações legais	(614)	(302)
5. Outras despesas	(65)	(26)
Total	(10.697)	(9.335)
g. Despesas com tributos		
1. Impostos federais (incidentes sobre retrocessão e outros)	(1.242)	(250)
2. Impostos estaduais e municipais	(66)	(43)
3. COFINS	(1.329)	(646)
4. PIS	(216)	(105)
5. Taxa de fiscalização Susep	(340)	(197)
6. Contribuição sindical	(223)	(77)
Total	(3.416)	(1.318)
h. Resultado financeiro		
Receitas:		
Ativos livres		
1. Títulos de renda variável	1.703	541
2. Títulos privados de renda fixa	3.619	1.168
3. Títulos públicos de renda fixa	514	-
4. Quotas de fundos de investimento cambiais	1.135	194
5. Quotas de outros fundos de investimento	1.495	6.648
Ativos vinculados		
6. Títulos privados de renda fixa	5.619	630
7. Títulos públicos de renda fixa	2.453	447
8. Quotas de fundos de investimento cambiais	1.416	272
9. Quotas de outros fundos de investimento	912	2.010
10. Oscilação cambial	4.722	3.310
11. Receitas eventuais	181	10
Total receitas	23.769	15.230
Despesas:		
12. Oscilação cambial	(6.992)	(3.961)
13. Despesa quotas de fundos de investimento cambiais	(248)	-
14. Despesa quotas de outros fundos de investimento	(55)	-
15. Despesas eventuais	(266)	(122)
Total despesas	(7.561)	(4.083)
Total	16.208	11.146
16. Resultado financeiro atribuído à operação	2.962	965
17. Resultado financeiro atribuído ao patrimônio	13.246	10.182
i. Resultado patrimonial		
1. Receita patrimonial	280	285
Total	280	285
j. Impostos e participações sobre lucro		
1. Imposto de renda	888	(1.035)
2. Contribuição social (CSLL)	1.028	(664)
3. Participação nos lucros	(164)	(36)
Total	1.752	(1.735)

18. Outros Assuntos: 18.1. Circular Susep 524/16: Em 14 de janeiro de 2016, houve a publicação da Circular nº 524 que alterou a Resolução CNSP nº 168/2007, que definiu a dispensa de assinatura da cedente na formalização do contrato de resseguro. A formalização contratual pela cedente será caracterizada pelo recebimento de cópia do contrato digitalizado com a devida assinatura do ressegurador. A Resseguradora avaliou que a emissão do referido normativo não produziu efeitos sobre esta demonstração financeira. **18.2. Circular Susep 525/16:** Em 22 de janeiro de 2016, entrou em vigor a Circular nº 525 que dispõe sobre os critérios para a estruturação dos planos de seguro do ramo Aeronáuticos (Casco). A estruturação das condições contratuais e da nota técnica atuarial dos planos do ramo Aeronáuticos (Casco) deverá obedecer à regulamentação em vigor no que se refere aos seguros de danos. Os planos atualmente em comercialização deverão ser substituídos por novos planos já adaptados a esta Circular e os contratos vigentes que estejam em desacordo com essa norma poderão vigorar, apenas, até o término de sua vigência. A Resseguradora avaliou que a emissão do referido normativo não produziu efeitos sobre esta demonstração financeira.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rodolfo Riechert – Presidente
André Schwartz – Vice-Presidente
Carlos Roberto De Zoppa
Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho
Paulo Eduardo de Freitas Botti
Pedro Duarte Guimarães

DIRETORIA

Paulo Eduardo de Freitas Botti – Diretor-Presidente
Beatriz Cabrera Americano Fernandes
Bernardo Nolasco Rocha
Carlos Roberto De Zoppa
Paulo Toshio Hayakawa
Rodrigo de Souza Lobo Botti

CONTADOR

Aline Kelly de Lima
CRC-1SP316518/O-5

ATUÁRIO

Laércio dos Santos Vicente
MIBA 2.300

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Aos membros do Conselho de Administração da **Terra Brasis Resseguros S.A.**
São Paulo – SP

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Terra Brasis Resseguros S.A. ("Terra Brasis") é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração ("Conselho"), por ele instituído em reunião realizada em 11 de março de 2013, e cujo funcionamento obedece a seu regimento, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de agosto de 2013. O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela Terra Brasis não sendo sua constituição obrigatória nos termos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. Não obstante, o funcionamento do Comitê é regido, também, pelas normas e disposições estabelecidas pela Resolução CNSP nº 321/2015. O Comitê é composto por membros independentes eleitos pelo Conselho e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP. De acordo com o estabelecido no estatuto social e no seu regimento interno, compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Susep, é da administração da Terra Brasis. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*. A auditoria externa é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis as atividades da Terra Brasis. O Comitê atua através de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. **Atividades do Comitê -** O Comitê realizou, no decorrer do exercício reuniões com as áreas de negócios, de contabilidade e controladoria, de controles internos e *compliance*, de gestão de riscos e com os auditores internos. O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou e aprovou os planos anuais de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis adotadas e a adequada divulgação de todas as informações relevantes. Ao longo do exercício de 2015 o Comitê acompanhou e apoiou a Diretoria Executiva no processo de reestruturação das atividades de auditoria interna, revisou o plano de trabalho elaborado pela empresa contratada para a execução desses serviços e vem acompanhando a sua implementação. O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor Presidente da Terra Brasis e, nessas ocasiões, apresentou sugestões para aprimoramento dos controles internos, da gestão de riscos, das práticas de *compliance* e outras relativas a áreas no escopo de sua atuação. O Comitê também se reuniu regularmente com o Conselho de Administração. **Conclusões -** O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda a aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

23 de fevereiro de 2016

Comitê de Auditoria
Mozart Dornelles – Presidente
José Campos
José Rubens Alonso

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e acionistas da
Terra Brasis Resseguros S.A.
CNPJ: 12.909.684/0001-28

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Terra Brasis Resseguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2015, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração -** A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião -** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros Assuntos -** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em seus aspectos mais relevantes.

Ricardo Pacheco - MIBA 2.679
EY Serviços Atuariais S.S. CNPJ 03.801.998/0001-11 - CIBA 57

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da
Terra Brasis Resseguros S.A. - São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião -** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terra Brasis Resseguros S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep. **Ênfase -** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2b, as informações correspondentes ao balanço patrimonial foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, pelas razões mencionadas na referida Nota Explicativa nº 2b e, portanto, estão sendo reapresentados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016.

EY Building a better working world
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3